



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

CONCURSO PÚBLICO

Cargo:
ANALISTA JUDICIÁRIO
Área Judiciária

NÍVEL SUPERIOR

CADERNO DE PROVAS
Aplicação: 9/3/2003



LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém as provas objetivas, com **cento e vinte e cinco** itens corretamente ordenados de **1 a 125**.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo acarretará anulação, conforme consta no Edital n.º 1/2002 – TRE – RS, de 26/11/2002.
- 4 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração das provas é de **três horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes nas presentes instruções, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I 10/3/2003 – Divulgação, a partir das 10 h, dos gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, na Internet — no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br> —, nos quadros de avisos do CESPE/UnB — em Brasília — e no prédio-sede do TRE/RS — na rua Duque de Caxias, n.º 350, Centro, Porto Alegre – RS.
- II 11 e 12/3/2003 – Recebimento de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, exclusivamente no local e no horário a serem informados juntamente com a divulgação desses gabaritos.
- III 3/4/2003 – Data provável da divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), no Diário Oficial da União e no endereço eletrônico mencionado no item I, dos resultados finais das provas objetivas e do concurso.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no item 10 do Edital n.º 1/2002 – TRE – RS, de 26/11/2002.
- Informações relativas ao concurso poderão ser obtidas pelo telefone 0(XX)-61-448-0100.
- É permitida a reprodução deste material, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 125 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**; ou o campo designado com o código **SR**, caso desconheça a resposta correta. Marque, obrigatoriamente, para cada item, um, e somente um, dos três campos da **folha de respostas**, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcações indevidas. A marcação do campo designado com o código **SR** não implicará apenação. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Conhecimentos de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto I – itens de 1 a 13

1 A soberania popular não deve ser, apenas, mais uma
peça de retórica. Deve ser um meio eficaz, por intermédio do
qual o povo exerça plenamente seus direitos e prerrogativas
4 constitucionais e legais.

Na época de implementação dos direitos sociais,
como o direito de moradia, de trabalhar, de viver
7 decentemente, não é mais possível a inclusão de normas
programáticas no texto da Constituição da República.

Há necessidade de que os princípios e as normas
10 constitucionais sejam eficazes, produzindo, de logo, os
efeitos jurídicos que todos esperam.

Não há, evidentemente, direitos sem garantia. Não
13 basta também a Constituição proclamar uma série de direitos
e garantias, se estes e estas não se podem concretizar.

Paulo Lopo Saraiva. *A soberania popular e as garantias constitucionais*.
In: *Introdução crítica ao direito*, p.141-2 (com adaptações).

De acordo com o desenvolvimento das idéias do texto I, infere-se que

- 1 o autor coloca a soberania popular como um objetivo mais fácil de ser atingido que o estabelecimento de direitos.
- 2 direitos eficazes são aqueles com garantias.
- 3 normas programáticas devem ser substituídas pela implementação de direitos sociais.
- 4 a eficácia de princípios e normas constitucionais está diretamente ligada aos efeitos jurídicos que produzem.
- 5 a concretização de direitos e garantias resulta de sua proclamação na Constituição.

A respeito das estruturas lingüísticas do texto I, julgue os itens a seguir.

- 6 No primeiro parágrafo, os termos “meio” (l.2) e “seus” (l.3) referem-se a “soberania popular” (l.1).
- 7 O emprego da forma verbal “exerça” (l.3) indica que a oração em que ela ocorre se refere aos direitos do povo como uma possibilidade, não como algo efetivamente existente.
- 8 De acordo com as relações semânticas do texto, a “época de implementação dos direitos sociais” (l.5) é a presente.
- 9 Preservam-se as relações semânticas e a correção gramatical, substituindo-se “Há necessidade” (l.9) por **É necessário**.
- 10 Subentende-se a idéia expressa pela conjunção **porque** unindo as duas últimas orações do texto.

A respeito do tema do texto I, julgue os seguintes itens.

- 11 A expressão **Constituição cidadã**, utilizada pelo deputado Ulysses Guimarães, está relacionada à Carta de 1988, símbolo jurídico-político da nova realidade vivida pelo Brasil após cerca de duas décadas de regime autoritário.
- 12 Uma das inovações trazidas pela Constituição da República vigente, no que se refere à participação popular no processo das decisões políticas, foi a possibilidade de tramitação de projeto de lei de iniciativa dos cidadãos.

13 Caso típico de direito sem garantia, como citado no texto, é o do sigilo das comunicações telefônicas; embora formalmente garantido pela Constituição, que não admite exceções nesse caso, é comum o desrespeito à norma constitucional, como se vê com a proliferação dos chamados *grampos* telefônicos.

Texto II – itens de 14 a 26

Mulheres conquistaram o direito de votar há 75 anos

1 Somente há 75 anos as mulheres conquistaram o
direito de votar e de exercer sua cidadania no Brasil.
De acordo com os registros do Tribunal Superior
4 Eleitoral (TSE), o voto feminino tornou-se possível a partir
da Revolução de 1930.

O voto feminino chegou a ser discutido na
7 Constituinte de 1890, mas adversários da extensão do voto à
mulher argumentaram, na época, que ela não teria capacidade
para escolher seu candidato, já que seu valor intelectual era
10 considerado inferior ao do homem.

Já em 1927, porém, Juvenal Lamartine, candidato ao
governo do Rio Grande do Norte, decidiu incluir em sua
13 plataforma política a luta pelo voto das mulheres. Lei nesse
sentido foi então aprovada em 25 de outubro do mesmo ano,
ocasião em que várias mulheres requereram suas inscrições.
16 Um mês depois, o juiz Israel Ferreira Nunes mandou incluir
na lista dos eleitores a professora Celina Guimarães Vianna,
que se tornou a primeira eleitora não só do Brasil como
19 também da América do Sul.

Somente com a aprovação do Código Eleitoral em
1933, foi possível o exercício do voto em todo o país, sem
22 distinção de sexo.

Internet: <<http://www.tse.gov.br/serviços/noticias/index.html>> (com adaptações).

Com base no texto II, julgue os itens subsequentes.

- 14 A expressão “a partir” (l.4) estabelece no texto as mesmas relações semânticas de tempo que, nesse contexto, a preposição **com** estabeleceria.
- 15 Subentende-se do texto que “mulher” (l.8) e “ela” (l.8) referem-se a “Celina Guimarães Vianna” (l.17).
- 16 A oração introduzida por “já que” (l.9) fornece uma explicação para a extensão do voto à mulher.
- 17 Se a expressão “várias mulheres” (l.15) for substituída por **uma mulher** e a forma verbal “requereram” (l.15), por **requereu**, preservam-se a coerência textual e a correção gramatical.
- 18 Subentende-se do texto que o Brasil foi o primeiro país da América do Sul a ter mulheres eleitoras.

Com relação à temática do texto II, julgue os itens seguintes.

- 19 A extensão do direito de voto às mulheres acompanhou o processo de transformação da sociedade brasileira ao longo do século XX, mudanças que tiveram na Era Vargas (1930-1945) um de seus mais fortes canais de manifestação.
- 20 A adoção do voto feminino no Brasil resultou da nova fisionomia adquirida pelo país nos anos 30, assinalada pela industrialização e pela urbanização, sem discordâncias políticas a respeito do assunto.
- 21 Talvez em função do número maior de analfabetas ou, provavelmente, como reflexo de um peso cultural que atravessa séculos, o certo é que, no Brasil dos dias de hoje, o eleitorado feminino é, quantitativamente, muito inferior ao masculino.

A respeito das estruturas lingüísticas do texto II, julgue os itens abaixo.

- 22 A inserção da preposição **atrás** imediatamente depois de “anos” (l.1) preserva a coerência temporal e a correção gramatical do texto.
- 23 A oração na voz passiva “O voto feminino chegou a ser discutido na Constituinte de 1890” (l.6-7) corresponde semanticamente à oração de voz ativa **A Constituinte de 1890 chegou a discutir o voto feminino**.
- 24 As relações semânticas do texto permitem substituir “decidiu” (l.12) por **decidira**, sem que se provoque incoerência ou erro gramatical.
- 25 A vírgula na linha 17 é obrigatória porque a oração seguinte tem caráter explicativo.
- 26 Os sentidos textuais permitem deslocar a expressão “sem distinção de sexo” (l.21-22) para logo após “1933” (l.21), desde que ela venha demarcada por vírgulas.



A figura acima mostra uma janela do Word 2000 com parte de um texto extraído e adaptado da Internet. Com base nessa figura, julgue os itens que se seguem, relativos a esse texto e ao Word 2000.

- 27 Depreende-se do texto que ser um país civilizado e praticar a democracia são características de um país de vanguarda.
- 28 Na segunda linha do segundo parágrafo do texto mostrado, a retirada do artigo “o”, determinante de “responsável”, muda a classe gramatical deste termo, mas preserva a coerência e a correção gramatical do texto.

- 29 O emprego do verbo “experimental”, na terceira linha do segundo parágrafo do texto mostrado, indica que a urna eletrônica ainda não está definitiva e completamente implantada no Brasil.
- 30 No último período do segundo parágrafo do texto mostrado, as expressões “na máquina” e “de papel” complementam e especificam as idéias de “voto” e de “cédula”, respectivamente.
- 31 Na última linha do texto mostrado, é correto inserir, imediatamente após “o”, a expressão **sistema de**, preservando-se as relações de idéias do texto.
- 32 O êxito do voto eletrônico, tal como citado no texto, pode ser medido pela inexistência de objeções técnicas à sua utilização.
- 33 Para numerar as páginas do documento em edição no Word 2000, é suficiente realizar a seguinte seqüência de ações: clicar **Inserir**; na lista de opções disponibilizada, clicar **Números de páginas**; na caixa de diálogo resultante, definir a posição e o alinhamento desejados para os números de páginas; finalmente, clicar OK.
- 34 Para eliminar o recuo de texto observado no segundo parágrafo do documento, é suficiente clicar em qualquer local do referido parágrafo e, em seguida, clicar a opção **Eliminar recuo**, encontrada no **menu Formatar**.
- 35 Para incluir, em “Artigo.doc”, um documento armazenado no disco rígido do computador, é suficiente realizar a seguinte seqüência de ações: posicionar o ponto de inserção onde se deseja inserir o documento; clicar ; na janela resultante, clicar sobre o ícone do arquivo contendo o documento; em seguida, clicar OK.

Nada está claro no que diz respeito à anunciada guerra dos Estados Unidos da América (EUA) contra o Iraque, nem mesmo se haverá guerra. Embora a decisão norte-americana pareça tomada, três fatores contribuem para miná-la ou retardá-la: a oposição de França, Alemanha, Rússia e China; as concessões a conta-gotas do Iraque; as manifestações de massa em escala global. O próprio motivo da guerra é incerto. O aumento da instabilidade e a retração dos negócios terão efeitos nefastos na já comalida economia internacional.

Otávio Frias Filho. *Guerra e paz*. In: *Folha de S. Paulo*, 27/2/2003, p. A2 (com adaptações).

A partir do texto acima e considerando o cenário mundial da atualidade, julgue os itens a seguir.

- 36 O autor deixa entrever algo que, a rigor, não é novidade para ninguém: o desejo estratégico dos EUA de se apoderarem das reservas petrolíferas iraquianas é a razão essencial para a guerra contra o país de Saddam Hussein.
- 37 Entre outras conseqüências, a decisão do governo de George W. Bush de fazer a guerra contra o Iraque provocou fissuras entre alguns de seus aliados e explicitou graves divergências políticas no interior da União Européia.
- 38 A total inflexibilidade de Saddam Hussein em relação aos EUA e à Organização das Nações Unidas acabou por dar mais fôlego aos setores norte-americanos que insistem no conflito como o único meio para destituir o governo iraquiano, acusado de apoiar ações terroristas e de possuir perigoso arsenal de armas de destruição em massa.
- 39 O Brasil estaria entre os países mais expostos às conseqüências econômicas negativas de uma eventual guerra dos EUA contra o Iraque.

Pela segunda vez consecutiva, em pouco mais de um mês, um deputado federal preferiu renunciar ao mandato a se defender das acusações de envolvimento com o narcotráfico. O relatório da comissão de sindicância foi incisivo ao apontar o envolvimento do deputado com o esquema de venda de *habeas corpus* que teria beneficiado uma quadrilha de traficantes.

Jornal do Brasil, 26/2/2003, p. A3 (com adaptações).

A partir do texto acima e considerando os múltiplos aspectos suscitados pelo tema, julgue os itens subsequentes.

- 40 O tipo de renúncia focalizado no texto normalmente ocorre para interromper o processo de cassação de mandato do parlamentar envolvido e, com isso, impedir que ele se torne inelegível por alguns anos.
- 41 A acusação contra o citado deputado, de intermediação de venda de *habeas corpus* entre o narcotráfico e o Poder Judiciário, também atinge a ação de alguns magistrados.
- 42 Outros parlamentares também fizeram uso do mesmo artifício citado no texto — renúncia ao mandato —, com a mesma finalidade, isto é, manter seus direitos políticos.
- 43 Os senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda, envolvidos com a quebra do sigilo das votações no painel eletrônico do Senado, preferiram não renunciar aos seus mandatos e foram cassados.

REGIÃO	MUNICÍPIOS	%	ELEITORES	%	SEÇÕES	%	ZONAS	%
CENTRO-OESTE	488	8,24	8.026.080	6,98	24.123	7,18	257	8,91
EXTENSOR	99	1,64	69.937	0,36	261	0,88	10	0,35
NORDESTE	1.790	31,69	30.996.109	26,90	104.079	30,99	679	30,48
NORTE	449	7,94	7.630.413	6,62	25.235	7,51	246	8,53
SUDESTE	1.668	29,48	80.996.090	43,99	123.163	36,67	1.011	36,06
SUL	1.189	21,01	17.833.494	15,47	59.002	17,57	481	16,88
TOTAL	5.658	-	115.254.113	-	336.671	-	2.684	-

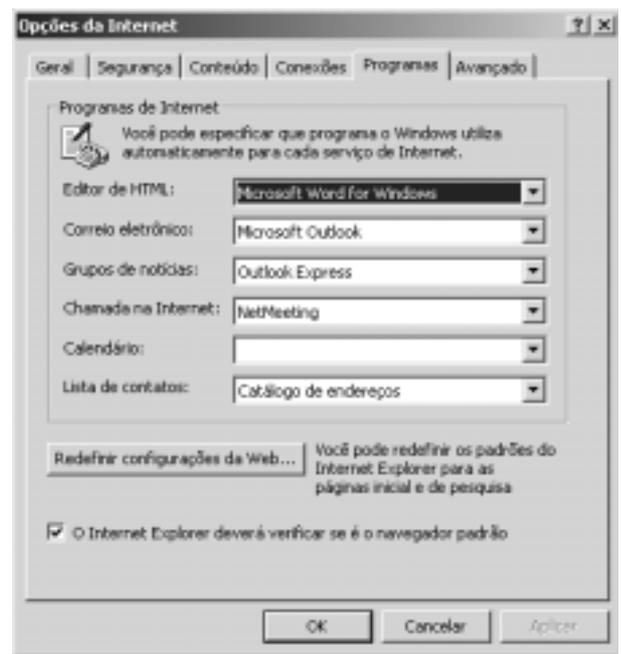
A figura acima apresenta uma janela do Excel 97 contendo uma planilha com informações das últimas eleições no Brasil. Com relação a essa figura e ao Excel 97, julgue os itens seguintes.

- 44 Considerando que as células de C3 a C8 estão formatadas para número com duas casas decimais e que os valores percentuais mostrados nessas células estão associados aos valores correspondentes na coluna B, caso a porcentagem mostrada na célula C3 não tivesse ainda sido calculada, para fazê-lo, seria suficiente realizar a seguinte seqüência de ações: clicar a célula C3; digitar $=B3/B\$9*100$ e, em seguida, teclar **Enter**.
- 45 Ao final da seguinte seqüência de ações, os conteúdos das células A2 e B2 estarão formatados como negrito: clicar a célula A2; pressionar e manter pressionada a tecla **Ctrl**; teclar **N**; liberar a tecla **Ctrl**; clicar ; clicar a célula B2.
- 46 Caso o número total de municípios, mostrado na célula B9, não tivesse ainda sido calculado, ele seria corretamente obtido clicando-se a célula B9 e, em seguida,



A partir da figura acima, que mostra uma janela do Internet Explorer 5, julgue os itens subsequentes, relativos à Internet, ao Internet Explorer 5 e à janela mostrada.

- 47 O uso de sistema *firewall* permite que a taxa de transmissão de dados em uma rede ADSL seja aumentada, porém isso aumenta a suscetibilidade da rede a ataques e à infestação por vírus de computador.
- 48 A evolução tecnológica do *hardware* e do *software* para acesso à Internet vem permitindo um contínuo aumento na taxa de transmissão de dados pela rede mundial de computadores, de forma que, atualmente, taxas da ordem de 512 kbps podem ser obtidas em *downlink* em acessos do tipo ADSL.
- 49 No Internet Explorer 5, a partir do botão , é possível organizar um conjunto de URLs (*uniform resource locators*) de páginas ou *sites* que um usuário tenha o hábito de acessar, facilitando a procura desses URLs para acesso posterior.
- 50 Sabendo que a figura abaixo mostra a janela Opções da Internet, do Internet Explorer 5, é correto concluir que, ao se clicar o botão , mostrado na figura acima, será iniciado o *software* NetMeeting.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

O constitucionalismo não é uma criação da cabeça de poucos, mas uma construção histórica e também uma conquista da humanidade. No dizer de Niklas Luhmann, ele é uma aquisição evolutiva da civilização. Por isso, é impossível alguém ter uma visão plena do fenômeno constitucional quando se apega apenas ao modelo semântico. Além disso, não se pode dizer que as constituições são folhas de papel, uma vez que uma teoria constitucional, com suas várias correntes, voltou-se para a concretização da Constituição.

De acordo com o texto acima e considerando o conceito, o objeto e a classificação de Constituição, julgue os itens que se seguem.

- 51** No sentido etimológico, constituição se traduz em modo de ser das coisas, essência ou qualidade distintiva das coisas, não guardando relação com o conteúdo do texto.
- 52** Se a Constituição é um dos epifenômenos do constitucionalismo, é incorreto dizer que mesmo as constituições costumeiras podem ser rígidas.
- 53** O constitucionalismo, como doutrina clássica, buscou reduzir a Constituição a instrumento jurídico, organizador da competência dos poderes, com finalidade expressa de frear o exercício de poder.
- 54** A teoria formal da Constituição inovou no sentido de romper com o modelo semântico e abordar, já na metade do século XX, a questão das normas programáticas e da concretização constitucional.
- 55** O constitucionalismo contemporâneo, com viés concretizador, absorveu a noção de sistema de outras ciências, mas concebe Constituição como sistema aberto no ambiente social.

Considerando o disposto a respeito de poder constituinte e reforma da Constituição no Estado democrático de direito, julgue os itens abaixo.

- 56** Enquanto o poder constituinte obriga a nação à subjetividade da soberania, perfazendo-se em poder extrajurídico e político, o poder constituído é limitado tácita e expressamente pela Constituição, tendo natureza jurídica.
- 57** A teoria do poder constituinte tem relação com a doutrina da soberania popular, sendo as doutrinas francesas e americanas as versões que mais influenciaram os avanços nessa área.
- 58** No ambiente do Estado democrático de direito, o poder constituinte pode vir a se tornar um confisco ou uma usurpação da soberania, como também um mediador de valores atento ao pluralismo ideológico.
- 59** Enquanto a crise constituinte afeta o regime estabelecido, o corpo institucional e o sistema de governo, a crise de uma Constituição não afeta a titularidade do poder constituinte, podendo ser resolvida mediante reforma.
- 60** O poder de reforma constitucional é exercido pelo poder constituinte derivado, com limites expressos e implícitos, formalmente postos na Constituição, conferindo-lhe estabilidade.

A interpretação da Constituição foi o grande fator de controvérsia durante o século XX e responsável por boa parte dos dissídios entre os teóricos constitucionais. De um lado, tinha-se a teoria formal da Constituição, reduzindo-lhe a uma ordem jurídica hierarquizada em um escalonamento de normas; de outro, a teoria material da Constituição, partidária da idéia de uma Constituição construída em bases históricas e políticas.

Considerando o texto acima, a hermenêutica constitucional, a interpretação das normas constitucionais e os princípios fundamentais, julgue os itens subseqüentes.

- 61** A teoria material da Constituição buscava a preservação da juridicidade do texto constitucional, compreendendo o Estado como única fonte de direito.
- 62** Uma hermenêutica jurídica orientada pelo formalismo implica uma confusão entre legitimidade e legalidade, bem como uma compreensão da mutação constitucional estritamente ligada ao espaço de aplicação ou criação do direito.
- 63** O problema das lacunas jurídicas tem despertado interesse na teoria constitucional contemporânea em virtude da sua ligação com a aplicabilidade das normas e a hermenêutica dos princípios fundamentais, sendo a juridicidade dos princípios um de seus maiores aparatos.

No que diz respeito aos direitos e às garantias fundamentais, julgue os seguintes itens.

- 64** Sabendo que a Lei n.º 9.455/1997 tipifica como tortura submeter alguém sob sua guarda, poder ou autoridade, a violência ou grave ameaça a fim de obter informação, declaração ou confissão, considere a seguinte situação hipotética.

Em determinada delegacia, a advogada de uma mulher argumentou que o marido desta a forçara, sob tortura, a confessar algo que ela não teria feito. O caso foi levado ao Ministério Público, cujo entendimento foi o de que não se tratava de tortura, mas de outro crime, uma vez que não se pode dizer que a mulher está submetida a guarda, poder ou autoridade do marido, sob pena de descumprimento de direito fundamental.

Nessa situação, foi acertada a interpretação do Ministério Público.

- 65** Considere a seguinte situação hipotética.

Em uma cidade do interior de São Paulo, um grupo do movimento anarquista foi impedido de se encontrar na praça municipal, diante das ordens de um guarda da localidade. Um dos componentes do grupo, formado em direito, impetrou um *habeas corpus*.

Nessa situação, o instrumento mais adequado seria o mandado de segurança, dada a natureza do direito ofendido.

Considerando os direitos políticos insertos na Constituição Federal (CF) vigente, julgue os itens a seguir.

- 66** O modo de se adquirir direitos políticos efetiva-se por meio do alistamento — procedimento administrativo instaurado perante os órgãos da justiça eleitoral que objetiva verificar o cumprimento de requisitos constitucionais e legais do eleitor.
- 67** Os chamados direitos políticos negativos, previstos constitucionalmente, dizem respeito ao acesso do cidadão à participação nos órgãos governamentais, enquanto os direitos políticos positivos permitem o impedimento de candidaturas.
- 68** Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, de acordo com os requisitos legais, devem registrar seus estatutos no TSE, podendo ter direito a recursos do fundo partidário, devendo, entretanto, pagar parte do acesso ao rádio e à televisão.
- 69** A inelegibilidade absoluta é excepcional e só é passível de ser estabelecida pela própria Constituição de forma taxativa; já a inelegibilidade relativa implica restrições a certos pleitos eleitorais e determinados mandatos.
- 70** Considere a seguinte situação hipotética.

Uma determinada cidade foi desmembrada de outra. O prefeito do município-mãe, tendo renunciado seis meses antes do pleito eleitoral, candidatou-se a prefeito do município desmembrado.

Nessa situação, apesar da renúncia, o ex-prefeito é inelegível.

Com referência à administração pública, julgue os itens abaixo.

- 71** Agentes públicos podem ser todas as pessoas físicas incumbidas, de maneira transitória ou definitiva, do exercício de alguma função estatal, enquanto agentes políticos são os componentes do governo nos seus primeiros escalões, investidos em cargos, funções, mandatos ou comissões, por nomeação, eleição, designação ou delegação para o exercício de funções constitucionais.
- 72** As entidades autárquicas diferem das fundacionais, pois estas são pessoas jurídicas de direito público de natureza meramente administrativa e aquelas podem ser pessoas de direito privado com atuação devidamente prevista em lei.
- 73** O governo e a administração pública são criações concretas presentes na Constituição da República e nas leis infraconstitucionais, cuja atuação dá-se por meio das entidades, traduzidas nas pessoas jurídicas, nos centros de decisões, que são os órgãos, e nos agentes.
- 74** As entidades empresariais são pessoas jurídicas de direito privado autorizadas a prestar serviços ou a realizar atividades de interesse coletivo ou público, não-exclusivo do Estado.
- 75** Agentes delegados são particulares com incumbência de realização de atividade, obra ou serviço público em nome próprio, por sua conta e risco, segundo normas do Estado e sob a permanente fiscalização deste.

Em linguagem comum, costuma-se dizer que quem usa do poder tende a fazê-lo abusivamente. Todavia, o direito constitucional e o direito administrativo em especial encontram formas de assegurar que os agentes públicos tenham limites no cumprimento de suas atividades e funções. Isso se traduz em alguns deveres constitucionais e princípios, que também não podem ser desconsiderados pela administração pública.

Considerando o texto acima e o disposto a respeito de administração pública, julgue os itens subseqüentes.

- 76** O dever de probidade deve estar integrado à conduta do administrador público como elemento necessário à legitimidade de seus atos, e o dever de prestar contas decorre naturalmente da administração pública como encargo de gestão de bens e interesses alheios.
- 77** Enquanto, no desvio de finalidade, a autoridade, embora competente para a prática do ato, vai além do permitido e exorbita no uso de suas faculdades administrativas, no excesso de poder, a autoridade pratica atos por motivos ou fins diferentes daqueles objetivados pela lei ou pelo interesse público.
- 78** O dever de eficiência corresponde ao dever de boa administração e submete a atividade do Poder Executivo ao controle de resultado, fortalecendo o sistema de mérito e a supervisão ministerial quanto à eficiência administrativa.
- 79** Poder disciplinar é aquele de que dispõe o Poder Executivo para a distribuição e o escalonamento de funções de seus órgãos, ordenando e revendo a atuação de seus agentes e estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro pessoal.
- 80** Rever atos de inferiores hierárquicos significa apreciar tais atos em todos os seus aspectos, para mantê-los ou invalidá-los; já avocar é chamar para si as funções originariamente atribuídas a um subordinado.

Considerando o disposto acerca dos contratos administrativos, julgue os itens que se seguem.

- 81** Os contratos administrativos caracterizam-se por ser regidos por normas públicas ou privadas, por supremacia da administração pública e interpretação que considera o interesse público.
- 82** O contrato administrativo deve conter preço e condições de pagamento, critério, data-base e periodicidade do reajuste de preços, além de critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
- 83** A administração pública só poderá alterar ou modificar unilateralmente o contrato administrativo em caso estritamente previsto em lei, conforme aquilo que se considerar cláusulas exorbitantes.
- 84** Quando há impedimento do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela administração em documento do mesmo tempo de sua concorrência, deve ser o contrato administrativo extinto sem possibilidade de continuação.
- 85** As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos podem, de acordo com a lei, ser alteradas sem concordância anterior do contratado.

No que diz respeito aos bens públicos, julgue os itens abaixo.

- 86** Bens de uso comum são aqueles voltados para a utilização da coletividade em geral, enquanto bens dominicais são aqueles móveis ou imóveis utilizados pela administração pública para a consecução de seu fim.
- 87** A cessão de uso é um contrato administrativo pelo qual a administração outorga ao particular o direito de uso exclusivo de bem público, segundo sua destinação específica.
- 88** As terras devolutas são aquelas situadas no continente, na costa marítima e nas margens de rios e lagoas, bem como os terrenos que contornam as ilhas situadas em zonas de influência das marés.

A propósito da classificação de serviços públicos, julgue os itens a seguir.

- 89** Serviços públicos próprios são aqueles cuja execução a CF atribui à União, diretamente ou mediante concessão ou permissão, enquanto os serviços públicos não-exclusivos são aqueles que podem ser executados pelo Estado ou pelo particular por meio de autorização.
- 90** Os serviços públicos que têm por finalidade a satisfação individual e direta das necessidades dos cidadãos são considerados *uti singuli*; os serviços públicos prestados à comunidade que apenas indiretamente atingem os indivíduos são considerados *uti universi*.

Acerca do direito eleitoral e do Código Eleitoral, julgue os itens que se seguem.

- 91** O atual Código Eleitoral foi elaborado após a CF de 1988; assim, todos os seus dispositivos estão de acordo com o texto da Carta Magna.
- 92** A forma de Estado federativo do Brasil reflete-se, diretamente, na organização da justiça eleitoral brasileira, como prevê o Código Eleitoral.
- 93** Nos termos do Código Eleitoral, o eleitor detentor de emprego público que não votou na última eleição, não se justificou devidamente nem pagou a respectiva multa não pode receber salário.
- 94** Não há relação entre o sistema bicameral brasileiro e o sistema eleitoral previsto no Código Eleitoral.
- 95** No Código Eleitoral, há previsão para eleição no sistema parlamentarista.
- 96** Qualquer cidadão pode pretender investidura em cargo eletivo, respeitadas as condições constitucionais e legais de elegibilidade e incompatibilidade.
- 97** Segundo o Código Eleitoral e a CF, os analfabetos não têm direito a voto nas eleições brasileiras.

Mauro, casado com Márcia, desejava candidatar-se ao cargo de vereador do seu município ou de senador do seu estado federativo.

Em face da situação hipotética acima apresentada e levando em consideração as condições de elegibilidade e de inelegibilidade previstas na lei e na CF, julgue os itens subseqüentes.

- 98** Mauro poderia candidatar-se a qualquer um dos cargos mencionados, desde que tivesse mais de dezoito anos de idade.
- 99** Se Mauro fosse militar recrutado (conscrito), ainda assim ele poderia candidatar-se.
- 100** Para o cargo de vereador, Mauro poderia votar e ser votado, se quisesse e se tivesse dezesseis anos de idade.
- 101** Mauro seria inelegível se fosse membro do Ministério Público afastado por mais de seis meses.
- 102** Mauro seria inelegível para a câmara municipal se a sua esposa, Márcia, fosse, então, prefeita do município.
- 103** Transitada em julgado decisão que declarar a inelegibilidade do candidato, ser-lhe-á negado registro, ou cancelado, se já tiver sido feito, ou declarado nulo o diploma, se já expedido.
- 104** Na condição de candidato, Mauro, entre outros, seria parte legítima para denunciar culpados e promover-lhes a responsabilidade.

Carlos, advogado eleitoral, no ano de 2002, ao apreciar a legislação eleitoral das eleições desse ano, aplicou a lei eleitoral X, que entrou em vigor em fevereiro de 2002, em favor do candidato a governador que representava junto à justiça eleitoral.

Acerca da situação hipotética acima, julgue os itens seguintes.

- 105** No âmbito da legislação eleitoral, vigora o preceito da Lei de Introdução ao Código Civil de que as normas eleitorais têm aplicação imediata.
- 106** A lei eleitoral X não poderia ser aplicada na eleição de 2002, mas, estando ainda em vigor, poderá ser aplicada na eleição subseqüente.
- 107** Há dispositivo na CF de 1988 que, excepcionalmente, permitiria a aplicação da lei eleitoral X nos termos da apreciação feita por Carlos.
- 108** Não há, no Código Eleitoral, dispositivo relacionado ao caso em análise e que permita a aplicação da legislação referida.
- 109** Toda lei que foi regularmente votada e aprovada pelo Congresso tem eficácia imediata após a sua vigência, independentemente da sua matéria.
- 110** As eleições para o candidato representado por Carlos deram-se em todo o país, no primeiro domingo de outubro, nos termos da legislação vigente.
- 111** No Brasil, tanto para as eleições de 1998 como para as de 2000, foram elaboradas leis específicas que regulamentaram apenas as eleições imediatamente subseqüentes às suas publicações.

João, brasileiro, eleitor, maior de 35 anos de idade, candidato a cargo eletivo de vereador nas eleições de 2002 pelo sistema proporcional, não se encontrava filiado a nenhum partido, sob a alegação de que o partido é um órgão governamental que cerceia o livre exercício da candidatura do cidadão, tendo, entretanto, aceitado filiar-se ao partido Y, situado em outro estado da federação e não-organizado na circunscrição eleitoral de João.

Acerca da situação hipotética apresentada e das normas referentes aos partidos políticos, julgue os itens que se seguem.

- 112** Nos termos da CF e da legislação partidária, os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito privado.
- 113** João poderia candidatar-se sem partido.
- 114** Como filiado ao partido Y, João poderia, atendidas as condições legais, concorrer ao referido cargo.
- 115** Nas eleições de 2002, não era facultado celebrar coligações para eleição proporcional.
- 116** Os candidatos de um partido não podem ser indicados por pessoas estranhas ao próprio partido.
- 117** A regra básica para a escolha dos candidatos pelo partido e a deliberação sobre a formação da coligação será realizada por meio das convenções.
- 118** As convenções partidárias poderão ser realizadas em prédios públicos, mesmo não sendo os partidos pessoas jurídicas de direito público.

Em determinado município, o prefeito submeteu à câmara municipal projeto de lei que previa a criação de crime eleitoral para a conduta de candidato analfabeto que pleiteasse o cargo eletivo de vereador.

Considerando a situação hipotética acima e a legislação referente aos crimes eleitorais, julgue os itens abaixo.

- 119** O projeto de lei apresentado pelo prefeito não poderia ser apreciado pela câmara municipal, mas poderia, entretanto, ser apreciado na assembléia legislativa do estado.
- 120** Nos termos da CF, a matéria do referido projeto é de competência preferencial e concorrente da União.
- 121** A matéria eleitoral poderia ser apreciada pela câmara municipal, nos termos da CF vigente, enquanto a matéria criminal, não.
- 122** Os crimes eleitorais estão previstos em capítulos específicos do Código Penal brasileiro.
- 123** As infrações penais definidas como crime eleitoral são de ação pública.
- 124** Nos crimes eleitorais, quem oferece denúncia é o Ministério Público perante a justiça eleitoral.
- 125** Há crimes eleitorais cujo procedimento seguirá o da Lei de Juizados Especiais Criminais.